



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIATUBA**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Identificação da Norma <b>LEI ORDINÁRIA Nº 8340/2025</b>		
Ementa <b>Institui o Programa “Revitaliza Indaiatuba” para revitalização de fachadas e áreas comuns de conjuntos habitacionais e bairros de interesse social implantados no município de Indaiatuba, nas condições que especifica.</b>		
Data da Norma <b>03/09/2025</b>	Data de Publicação <b>09/09/2025</b>	Veículo de Publicação <b>Imprensa Oficial do Município</b>
Matéria Legislativa <b><a href="#">Projeto de Lei nº 130/2025</a> - Autoria: EXECUTIVO MUNICIPAL</b>		
Status de Vigência <b>Em vigor</b>		



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

CHEFIA DO GABINETE DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL  
DEPARTAMENTO DE TÉCNICA LEGISLATIVA

## LEI Nº 8.340, DE 03 DE SETEMBRO DE 2025

**Institui o Programa “Revitaliza Indaiatuba” para revitalização de fachadas e áreas comuns de conjuntos habitacionais e bairros de interesse social implantados no município de Indaiatuba, nas condições que especifica.**

**CUSTÓDIO TAVARES DIAS NETO**, Prefeito do Município de Indaiatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei complementar:

**Art. 1º** - Fica instituído o Programa “Revitaliza Indaiatuba”, vinculado à Secretaria Municipal de Habitação, destinado a incentivar a revitalização de fachadas e áreas comuns de conjuntos habitacionais e bairros de interesse social implementados pelo Município de Indaiatuba ou pelo Governo do Estado de São Paulo, inclusive por meio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – CDHU, destinados a famílias de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social.

**Art. 2º** - O Programa “Revitaliza Indaiatuba” tem como objetivo promover melhorias urbanísticas, estéticas, ambientais e sociais, garantindo maior qualidade de vida, segurança e dignidade aos moradores dos empreendimentos habitacionais, fortalecendo o senso de comunidade e pertencimento dos mesmos.

**Art. 3º** - Poderão ser beneficiados pelo Programa “Revitaliza Indaiatuba” os conjuntos habitacionais ou bairros que atendam, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- I - tenham sido implantados há, no mínimo, 20 (vinte) anos;
- II - sejam destinados, total ou predominantemente, a famílias de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade social;
- III - apresentem condições de degradação física ou estética de suas fachadas ou áreas comuns comprovadas por laudo técnico da Secretaria Municipal de Habitação.

**Parágrafo único** - Decreto do Executivo estabelecerá outros critérios de seleção e classificação dos conjuntos habitacionais e bairros a serem atendidos pelo Programa de que trata esta lei.

**Art. 4º** - As ações previstas no Programa poderão incluir, entre outras:

- I - pintura de fachadas e áreas comuns internas;
- II - reparos e manutenção de calçadas, muros, acessos e elementos externos;
- III - instalação de iluminação pública complementar para fins de segurança;



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE INDAIATUBA

CHEFIA DO GABINETE DE COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL  
DEPARTAMENTO DE TÉCNICA LEGISLATIVA

- IV - paisagismo de áreas comuns e canteiros;
- V - recuperação de áreas de lazer e de convivência existentes;
- VI - outras melhorias de cunho coletivo.

**Art. 5º** - Os recursos necessários para execução do Programa "Revitaliza Indaiatuba" serão oriundos do Fundo Municipal de Habitação - FUMHABIT, ficando o valor do investimento limitado a até 1.000 (mil) Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP por unidade habitacional beneficiada.

**Art. 6º** - Caberá ao Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Habitação:

- I - realizar o levantamento técnico-social dos conjuntos habitacionais e bairros elegíveis;
- II - definir prioridades de atendimento com base em indicadores sociais, urbanísticos e estruturais;
- III - elaborar e implementar o plano de ação do Programa "Revitaliza Indaiatuba";
- IV - estabelecer parcerias com o governo estadual, empresas privadas ou organizações da sociedade civil, para a consecução de seus objetivos;
- V - coordenar as ações do Programa com todas as entidades, públicas e privadas, envolvidas.

**Art. 7º** - Ficam autorizadas as Secretarias Municipais e o SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgotos, no âmbito de suas respectivas competências, a realizarem serviços com fornecimento de materiais e mão de obra para atendimento do Programa, bem como a realizarem eventos e atividades nas áreas comuns dos conjuntos habitacionais selecionados.

**Art. 8º** - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento municipal, consignada no Fundo Municipal de Habitação - FUMHABIT, suplementada se necessário.

**Art. 9º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaiatuba, 03 de setembro de 2025, 195º de elevação à categoria de Freguesia.

  
**CUSTÓDIO TAVARES DIAS NETO**  
PREFEITO